


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 21 de novembro de 2018, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, Dr. Heitor Luiz Ferreira do Amparo. O referido é verdade. Nada mais. Eu, ,Cristiane Marques Gomes Treviso, Assistente Judiciário, digitei.

**SENTENÇA**

Processo nº: 1010406-25.2018.8.26.0037 -  
Classe - Assunto **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**  
Requerente: Mara Regina Gomes de Assumpção Larocca e outro  
Requerido: Banco do Brasil S/A.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Heitor Luiz Ferreira do Amparo

Vistos.

MARA REGINA GOMES DE ASSUMPÇÃO LAROCCA, qualificada nos autos e EMPRESA PANIFICADORA JOIA DE ARARAQUARA LTDA - ME, estabelecida nesta cidade, promovem contra BANCO DO BRASIL S.A a presente ação ordinária alegando, em resumo, que são clientes do requerido; que a primeira autora dirigiu-se a agência do requerido solicitando o encerramento da conta de sua falecida mãe com a apresentação da certidão de óbito; que, posteriormente, ao tentar realizar compra no supermercado, teve a solicitação de pagamento negada pelo requerido; que tentou efetuar o saque do valor da compra junto ao caixa eletrônico, mas também não obteve êxito; que ao dirigir-se novamente a agência bancária tomou conhecimento de que as contas das pessoas física e jurídica estavam bloqueadas por óbito da titular; que necessitou dirigir-se à delegacia para formalizar atestado de vida; que os fatos lhes causaram danos morais que devem ser suportados pelo requerido. Pedem a procedência da ação para esses fins.

**1010406-25.2018.8.26.0037 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

O requerido contestou a ação sustentando que as autoras não comprovaram os danos morais que alegam ter sofrido; que não lhes foi condicionada a baixa da anotação de óbito à lavratura do atestado de vida; que não houve bloqueio nas contas das autoras, mas somente a restrição dos cartões; que a segunda requerida não comprovou os danos sofridos em relação a sua imagem e prestígio perante seus clientes, fornecedores e terceiros; que não pode ser aplicado, à espécie, o Código de Defesa do Consumidor. Pediu a improcedência da ação (págs. 44/63).

O autor manifestou-se sobre a contestação (págs. 100/105).

É o relatório.

Não havendo necessidade de produção de outras provas, passo a decidir.

A pretensão inicial procede em parte.

Com efeito, é fato incontroverso a relação contratual entre as partes.

Pretendem as autoras a indenização por danos morais sob a alegação de que tiveram indevido bloqueio de suas contas correntes e cartões.

É certo, que não nega o requerido que houve equívoco ao proceder ao bloqueio dos cartões das autoras.

Sustenta, contudo, que bloqueou somente o cartão e não a conta bancária das autoras.

O fato, todavia, impediu que as autoras realizassem

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

compras junto ao comércio local por culpa do requerido.

As alegações do requerido de que as autoras não sofreram danos morais é insuficiente com base no documento de pág. 64 anexado aos autos.

Nem mesmo as demais justificativas lançadas na contestação alteram a conclusão, pois cumpria ao requerido verificar com segurança a conta corrente e cartão bloqueados em face do falecimento da sua titular. Não foi o que ocorreu.

Os efeitos do procedimento do requerido, assim, encontram-se narrados no pedido inicial, e não demandam quaisquer outras provas eis que de forma inequívoca se constata o abalo sofrido pelas autoras, em especial, quanto à imagem da empresa atingida com a providência.

Justa, portanto, a pretensão como, aliás, prevê o artigo 5º, inciso X da Constituição Federal, e a Súmula 227 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, restando examinar o "quantum" da indenização.

Esse valor deve ser fixado em dez salários mínimos para cada autora, proporcionando satisfação na justa medida do abalo sofrido, afastando-se o enriquecimento sem causa, eis que não se vislumbra má-fé no procedimento do requerido.

Diante do exposto, julgo procedente em parte a ação para condenar o requerido no pagamento da importância equivalente a dez salários mínimos nesta data vigentes no País a cada autora a título de danos morais, acrescida de juros de mora desde a citação, correção monetária a partir desta data (Súmula 362 S.T.J.).

Arcará, ainda, o requerido com o pagamento das custas processuais, e honorários de advogado de quinze por cento sobre o valor final da



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

condenação.

Em face dos termos da Súmula 326 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, deixo de condenar as autoras nas verbas da sucumbência.

Intime-se.

Araraquara, 22 de novembro de 2018

Heitor Luiz Ferreira do Amparo  
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA